

## PROFESSOR ENIO CABRAL NO “GRUPO DOS ONZE” EM AQUIDAUANA: A PARANOIA MILITAR NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO

PROFESSOR ENIO CABRAL AT THE “GROUP OF ELEVEN” IN AQUIDAUANA: A MILITARY PARANOIA IN CENTRAL-WEST BRAZIL

Aguinaldo Rodrigues Gomes\*  
aguinaldorod@gmail.com

**RESUMO:** No presente artigo busco compreender a utilização por parte do Exército Brasileiro da imagem do “Grupo dos Onze” como elemento motivador para a prisão do professor de História Ênio Cabral, partidário do PCB, torturado pela ditadura militar. Por meio da análise do Inquérito Policial Militar instaurado em Aquidauana-MS, problematizam-se as discordâncias programáticas entre o G11 e o PCB em relação aos rumos de uma possível revolução no Brasil e as teses acerca do enfrentamento democrático e da luta armada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ditadura Militar; Grupo dos Onze; Professor Enio Cabral.

**ABSTRACT:** In this article, I seek to understand the use by the Brazilian Army of the image of the “Grupo dos Onze” as a motivating element for the arrest of the History professor Ênio Cabral, a supporter of the PCB, tortured by the military dictatorship. Through the analysis of the Military Police Inquiry established in Aquidauana-MS the programmatic disagreements between the G11 and the PCB are problematized in relation to the direction of a possible revolution in Brazil and the theses regarding democratic confrontation and armed struggle.

**KEYWORDS:** Military Dictatorship; Group of Eleven; Professor Enio Cabral.

– Não desconverse. Você sabe muito bem que não morri de pneumonia no hospital, mas fui, isso sim, assassinado na prisão. Você nega isso?

– Não.

– E você também sabia muito bem que eu não cometi nenhum crime.

– Um momento! Não tenho o dom da ubiquidade nem o da onisciência. Nem o próprio prefeito sabe de tudo quanto se passa na sua delegacia. Houve uma denúncia... O delegado Inocêncio é um fanático da justiça e um TÉCNICO - Ele afirma que você é o chefe em Antares do “grupo dos onze”. Queria saber o nome dos outros dez guerrilheiros potenciais. Interrogou você pelos métodos normais, aceitos pelas nossas leis, mas você recusou falar...

– Como é que eu ia confessar uma coisa que não sabia? Nunca tive nada a ver com esse grupo, se é que ele existe mesmo em Antares.

Érico Veríssimo, *Incidente em Antares*.

### Introdução

Em *Incidente em Antares*, obra de Érico Veríssimo, o personagem João Paz foi acusado de participar do segmento comunista *Grupo dos 11* e, por isso, foi torturado e morto pelo

---

\* Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da UFMS e do Programa de Pós-Graduação em Educação Rondonópolis.

delegado Inocêncio Pigarço, que lhe requeria a delação de supostos guerrilheiros instalados na cidade de Antares. Como bem sabemos, a ligação entre a realidade e ficção é tênue e a segunda é conteúdo decantado do real. Se nos assombra a narrativa literária que expõe as agruras do regime ditatorial militar brasileiro e desvela o processo violento e arbitrário pelo qual o personagem passou em Antares, como uma quimera da memória e da imaginação, qualquer similitude com os fatos não é mera coincidência.

Não obstante, em Aquidauana, cidade do interior do Mato Grosso uno (hoje pertencente a Mato Grosso do Sul), Enio Cabral, sob a mesma acusação, foi interpelado, preso e torturado, com consequências igualmente assombrosas e indevidas. É importante ressaltar aqui que o Grupo dos Onze foi criado a partir da atuação de Leonel Brizola na região sul do Brasil, tendo como finalidade a auto-organização das pessoas em grupos de 11, que deveriam defender a democracia e as reformas de base propostas por Jango. Rapidamente o espectro do G11 espalhou pelo país na tentativa de um organizar uma resistência ampla em favor da democracia, tendo inclusive elaborado documentos que deveriam orientar seus membros que tinham uma postura menos conciliatória que a direção do PCB.

Segundo Pacheco (2013), o G11 e os referidos documentos passam a povoar o imaginário da sociedade brasileira do período, de modo que militares e conservadores já temiam sua capacidade de atuação mesmo antes do golpe de 1964. Uma das estratégias dos conservadores (fazendeiros que temiam a reforma agrária, empresários que temiam a organização e revolta dos operários e outras instituições), juntamente com os militares, foi vincular, antes e depois do golpe, o Grupo dos Onze ao comunismo radical que depredaria as fazendas e estabelecimentos comerciais e fuzilaria seus opositores. Essa associação ao comunismo foi fundamental para justificar a perseguição aos opositores da elite dominante e das forças militares opressoras.

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de 1964, na cidade de Aquidauana, o capitão Oscar da Silva instaurava o Inquérito Policial Militar (IPM) em desfavor do professor de História Enio de Castro Cabral, sob acusações de crime contra a segurança nacional, improbidade administrativa, atos de guerra revolucionária e atentado contra o suposto “regime democrático” de então, conforme o processo-crime de justiça pública demonstra em suas primeiras páginas, com base na lei n. 1802/1953, que define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social e dá outras providências, assinada por Getúlio Vargas. No caso de Enio Cabral, as denúncias eram provenientes de professores colegas de trabalho, alunos e seus

respectivos pais, acusando-o de doutrinação comunista, principalmente em exercício profissional.

A oitava testemunha do IPM, o pedreiro e empreiteiro de 20 anos Sebastião de Oliveira, ao prestar depoimento, se declarava líder do Grupo dos Onze, mas não sabia a finalidade política desse agrupamento. Porém, quando perguntado sobre o teor político das reuniões da Associação do Pessoal da Construção Civil e Imobiliária, afirmava que várias figuras proeminentes de Aquidauana, como professores, militares e vereadores, frequentavam esses encontros, em que se debatiam questões políticas, como consta no processo:

PERGUNTADO, qual ou quais esses elementos de proeminência falaram sobre reformas ou assuntos políticos, de modo violento, respondeu que: o Senhor Ery Pereto e Ênio pregaram as reformas de modo violento, falando constantemente em “paredão” para todo aquele que reagisse contra as reformas, adiantou que o Senhor Oswaldo Sanches acompanhava os dois oradores acima nas suas ideias (MATO GROSSO DO SUL, 1964, p. 27).

Dada a fragilidade do testemunho do jovem pedreiro, sobretudo ao afirmar que era líder de um grupo político cuja finalidade desconhecia, podemos observar a inconsistência de acusações efetuadas a fim de justificar a paranoia sobre a incursão de uma revolução comunista no Brasil, inclusive no interior, uma vez que o próprio testemunho denota a não existência de grupos plenamente organizados para a luta armada na região do centro-oeste brasileiro naquele momento. Esse depoimento nos possibilita notar os motivos da associação do professor ao Grupo dos Onze, conhecido por seu apoio explícito às reformas de base do governo de João Goulart, tornando-se, assim, alvo da campanha anticomunista iniciada no país, sobretudo contra o governo do presidente próximo dos grupos trabalhistas.

### *G11 versus PCB e a possibilidade revolucionária*

Em todo o país os militares procuram justificar o golpe de 1º de abril de 1964 a partir da ideia de uma possível revolução comunista que poderia ocorrer, inclusive por meio da luta armada. Uma das organizações que se encontravam na mira dos militares era o Grupo dos Onze, que estaria sendo criado em todas as regiões do país. Em Aquidauana esse boato também se fez presente. Como João Paz, personagem da obra *Incidente em Antares*, segundo os informantes pró-regime militar, o professor Enio Cabral seria seu principal articulador na cidade; por esse motivo uma das preocupações dos militares, quando de sua prisão, era saber como funcionava o grupo em Aquidauana. Quando interrogado, os oficiais lhe perguntaram

sobre suas ligações e ele respondeu que não pertencia a esse grupo, mas sem esconder sua vinculação e participação no Partido Comunista, inclusive confirmando seu funcionamento na cidade.<sup>1</sup>

No entanto, no imaginário militar tal afirmativa não era digna de confiança, pois documentos secretos davam como certa a atuação deles no centro-oeste brasileiro. Arakaki (2009) aponta que o Grupo dos Onze era recorrente nos depoimentos colhidos por ela no período de elaboração de sua pesquisa sobre a ditadura militar em Dourados. Diego Pacheco também trata dessa questão:

Os setores militares que assumiram as rédeas do país após a “revolução” também utilizaram esse expediente produzindo para isso uma memória muito pautada nas investigações que “pipocaram” após o golpe e, ainda hoje, algumas dessas “provas” são utilizadas para justificar um processo contrarrevolucionário levado a cabo em abril de 1964 (PACHECO, 2013, p. 174).

O Grupo dos Onze, como já mencionado, era uma organização popular, inspirada nas ideias de Leonel Brizola, que deveria se auto-organizar para defender e ampliar as conquistas democráticas no país. Sobre as estratégias de sua organização, afirma Ferreira:

As esquerdas produziam e manejavam imagens e representações, mas também propunham formas de organização. Em sua estratégia de luta extraparlamentar, Brizola, em fins de novembro de 1963, pregava a formação de “grupos de onze companheiros” ou “comandos nacionalistas”. A proposta era a de que o povo se organizasse em grupos de 11 pessoas, como em um time de futebol. Ao formarem um “comando”, os militantes assinavam uma ata em que tinham por objetivo a “defesa das conquistas democráticas de nosso povo, realização imediata das reformas de base (principalmente a agrária) e a libertação de nossa pátria da espoliação internacional, conforme a denúncia que está na carta testamento de Getúlio Vargas” (FERREIRA, 2004, p. 199).

O autor descreve a organização do G11 como uma das importantes estratégias da esquerda para combater os grupos desfavoráveis aos interesses do povo. De acordo com ele, esse grupo era bastante heterogêneo, englobando desde estudantes das faculdades de Direito e de Filosofia, responsáveis pelas pichações e colagens de cartazes contra o governo militar, até militantes mais qualificados e experientes, que monitoravam os militares de alta patente, observando seus trajetos e horários para facilitar um possível ataque dos sargentos aliados a Brizola. Ferreira também destaca que o PCB criticou bastante essa estratégia e que “a maior

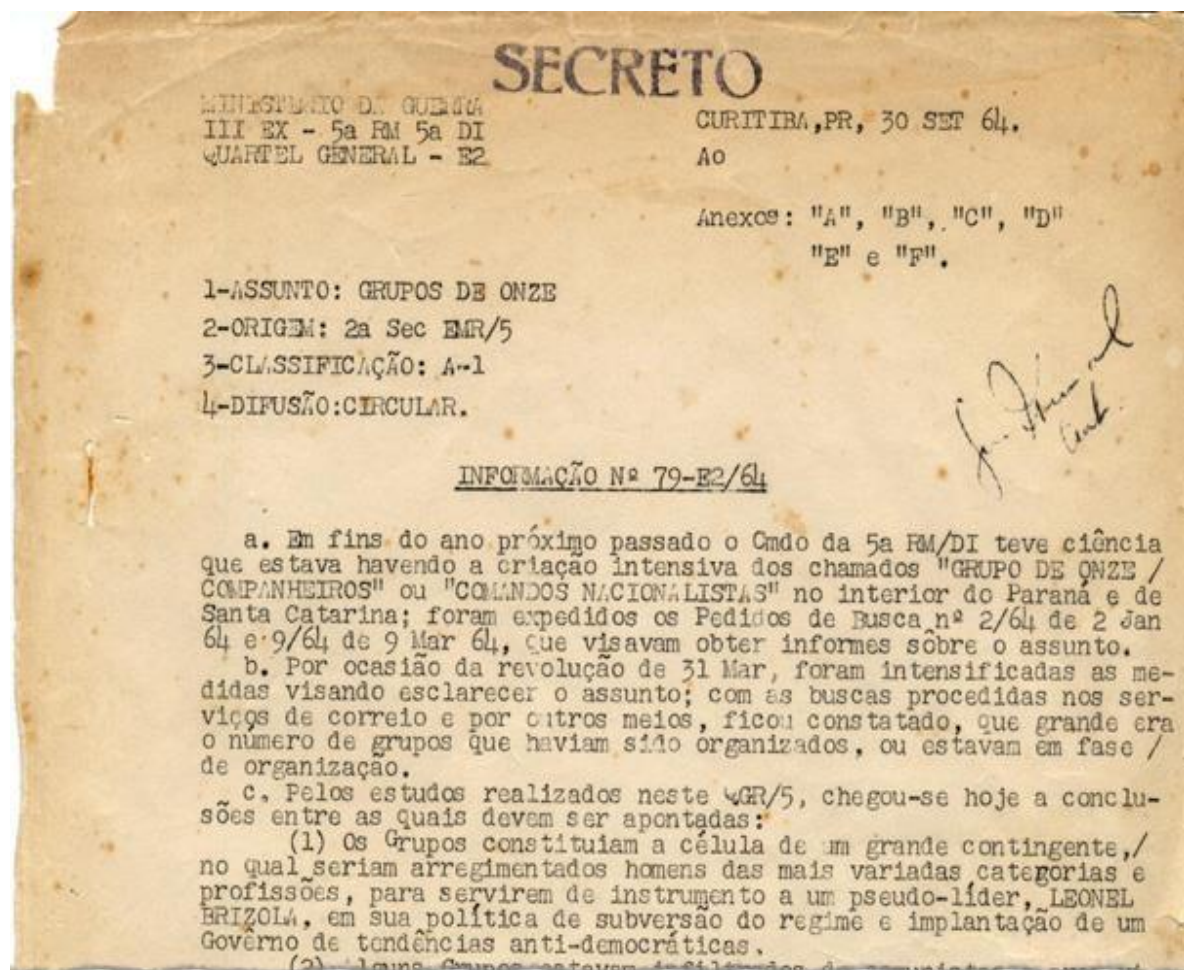
---

<sup>1</sup> Cf. IPM, 1964, p. 41.

consequência dos ‘comandos’ foi a de gerar o medo-pânico entre os conservadores e a direita civil-militar” (FERREIRA, 2004, p. 199).

Brizola buscava, a partir dessa organização popular radical, constituir uma reação aos encaminhamentos políticos do regime de então. Embora os comandos não tivessem tido nem mesmo o tempo necessário para se consolidar, geraram uma grande preocupação entre os militares, que, por meio de seu serviço de inteligência, conseguiram tomar conhecimento de tal organização progressista. Os militares utilizaram a retórica do documento para criar um alibi para agir violentamente e tentar a todo custo dismantelar tais comandos, que poderiam atrapalhar suas ações à frente do governo do país. Mariza Tavares publicou o artigo *Memória 1964 – o dossiê do braço armado de Brizola* (2009), no qual retrata a preocupação dos militares com a formação de tais grupos, que poderiam significar uma possibilidade de derrubada do governo militar instituído após o golpe, como exposto no *Documento Secreto de Informação n° 79-E2/64* (figura 1):

Figura 1: documento do Exército sobre o Grupo dos Onze.



Fonte: TAVARES, 2009.

Cabe salientar que conhecemos a dupla fabricação do documento – diga-se de passagem, secreto – que veio a público em 2009 em matéria da jornalista Mariza Tavares, da CBN. A primeira diz respeito à publicação de uma cartilha do G11 que surge entre 1961 e 1963, a fim de garantir a legalidade e o apoio às propostas do governo de João Goulart. A segunda garante a monumentalização do Grupo dos Onze, sendo ela que vem a público via imprensa. Ademais, tal aspecto é garantido a partir do deslocamento de sua função primeira de orientação aos adeptos do G11 para construção de dossiê polialesco, constituído seletivamente para a instituição de estratégias militares de criação do pânico contra as dissidências políticas conglomeradas indistintamente sob o rótulo de comunistas. Assim, os militares superlativaram certos aspectos do manual do G11 para criar a tese de uma revolução popular que possivelmente poderia ocorrer.

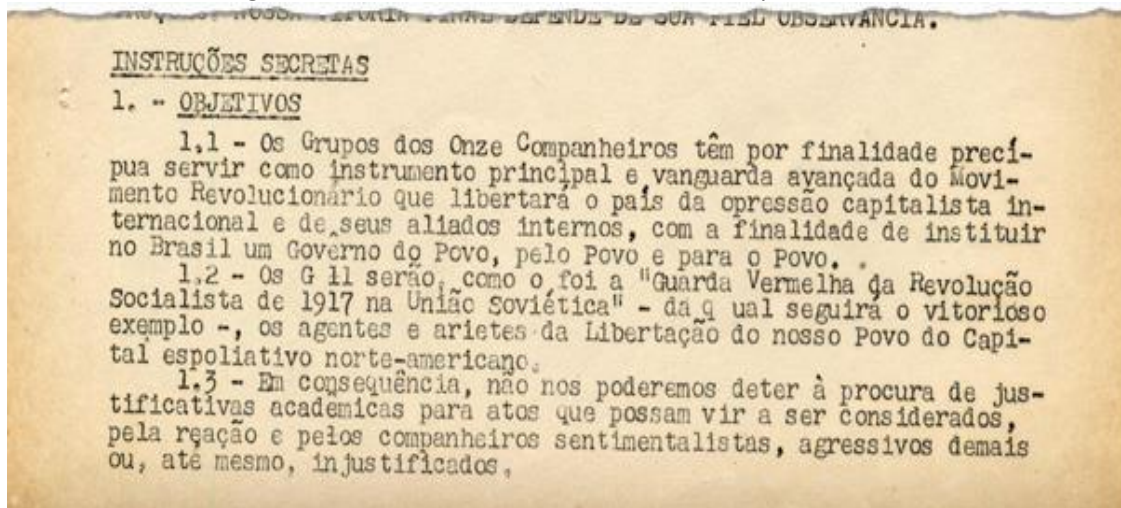
Nossa pesquisa chegou à conclusão de que tais documentos realmente foram gerados na primeira metade dos anos 1960. Referências a ela já foram noticiadas no período imediatamente posterior a deflagração do golpe de Estado, indicando, inclusive, o teor programático que iremos discutir. Inicialmente o documento apresenta uma retórica que o aproxima da cartilha produzida pelos líderes nacionais dos Grupos e divulgada em nível nacional (PACHECO, 2013, p. 174).

Pacheco, a partir de um criterioso processo heurístico, destaca ainda que a leitura do documento causa estranheza, pois possui uma retórica extremamente formal, o que muitas vezes não condiz com a heterogeneidade do grupo, que não parecia ter uma organização tão centralizada. Para além disso, encontra-se ali uma ênfase nos aspectos mais radicais do Manual do G11, por exemplo, a ideia do uso de escudos humanos, permitindo assim uma associação à luta armada aos moldes da Guarda Vermelha da Revolução Socialista de 1917 (PACHECO, 2013, p. 175).

O documento publicado pela CBN demonstra que o exército tinha grande preocupação com o G11, a ponto de solicitar ao serviço de inteligência uma investigação sobre tal iniciativa arquitetada por Leonel Brizola, no entanto ele é colocado sob suspeita pelo estudo de Diego Pacheco (2013), que, em primeiro lugar, questiona o motivo de sua entrega. No documento os militares afirmam que, a partir de buscas feitas nas remessas de correio, foi possível constatar diversas evidências que comprovavam a formação dos denominados Grupos dos Onze. Ainda de acordo com tais investigações, esses grupos eram numerosos, congregavam indivíduos das mais variadas categorias e profissões e tinham como principal objetivo

implantar um governo com “tendências antidemocráticas” no Brasil. Segundo os militares, os objetivos seriam os seguintes (figura 2):

Figura 2: documento do Exército sobre o Grupo dos Onze.



Fonte: TAVARES, 2009.

Os objetivos expressos no referido documento demonstram que Brizola e os G11 pretendiam radicalizar a luta contra os militares e demais “forças conservadoras”. Reside provavelmente aí a divergência com o PCB, que buscava uma reforma sem o uso da força, por meio de uma ampla aliança entre os camponeses, setores operários e a pequena e média burguesia para enfrentar os grandes latifundiários e o grande capital nacional e estrangeiro.

Jorge Ferreira, apoiando-se no trabalho de Figueiredo (1993), chama a atenção para a criação, no início do governo de João Goulart, de uma “coalizão radical pró-reformas”, composta por

[...] ligas camponesas, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o bloco parlamentar autodenominado Frente Parlamentar Nacionalista, o movimento sindical, representado pelo Comando Geral dos Trabalhadores - CGT, organizações de subalternos das Forças Armadas, como sargentos da Aeronáutica e do Exército e marinheiros e fuzileiros da Marinha, os estudantes por meio da União Nacional dos Estudantes - UNE e, também, uma pequena organização trotskista (FERREIRA, 2004, p. 184-185).

Ferreira afirma ainda que Leonel Brizola, principal liderança nacionalista e de esquerda, pressionava o governo Goulart a realizar as reformas, principalmente a agrária, e costumava dizer que elas ocorreriam “na lei” ou “na marra”. O pesquisador Claudinei Rezende, em sua obra *O bote do acossado: a ideia de revolução em Marighella*, demonstra a divergência existente entre os grupos da esquerda brasileira que optaram ou por uma reforma radical, impulsionada pela luta armada, ou por reformas constituídas por meio da resistência

democrática. Esse foi o grande debate travado na década de 1960 entre os dirigentes do PTB e PCB. Sobre tal divergência, destaca Rezende:

A característica mais tragicamente problemática entre todos os grupos que deflagraram a luta armada no Brasil entre os anos 1967 e 1973 foi a ausência de uma clara definição sobre a estratégia revolucionária e, algumas vezes, também sobre a tática de luta. Excetuando o que havia sobrado do PCB no pós-golpe e os trotskistas ortodoxos, toda a esquerda revolucionária da época – sem outra saída aparente e completamente acossada pela repressão – embarcou na proposta da luta armada. Como vimos, o processo revolucionário pretendido pela esquerda pecebista do início dos anos 1960 era a revolução burguesa, isto é, completar a modernização capitalista que a burguesia não fizera, incluindo seu estatuto de cidadania burguesa. Essa revolução não implicaria, necessariamente, um processo de insurreição violenta. [...] Todavia, na revolução proposta pela esquerda armada havia uma grande ruptura com o núcleo central dirigente do PCB: o processo iniciado com a guerrilha era de uma algaravia violenta, aliás, uma insurreição na qual não se sabia ao certo se o intento levaria a uma revolução burguesa ou a algo que se poderia chamar, grosso modo, de revolução socialista (REZENDE, 2010, p. 121).

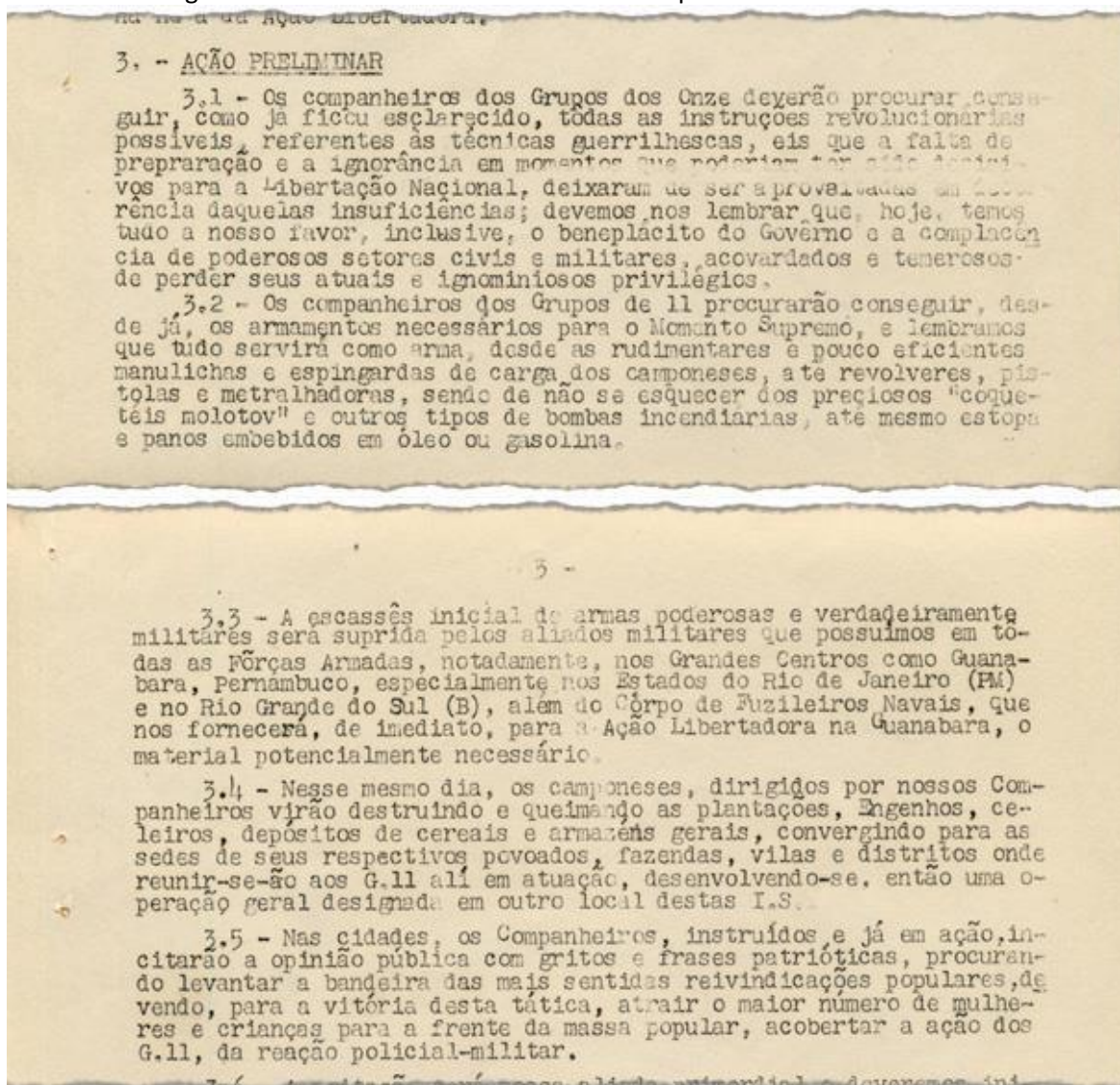
No trecho acima, observamos que a proposta do PCB estava em consonância com o sentido empregado por Caio Prado Jr. (2014) sobre a ideia de revolução, que implicava em mudanças não vertiginosas, mas sim em um processo permanente de superação das contradições inerentes ao Brasil, que, entre outras coisas, ainda não havia deixado para trás seu caráter agrário e subdesenvolvido. Assim, o autor deixava claro que não havíamos conseguido realizar nem mesmo nossa revolução burguesa, etapa fundamental para construção de uma revolução socialista no Brasil.

Como já destacado anteriormente no documento revelado pela CBN, a ideia de uma revolução armada estava presente. A grande inspiração de Leonel Brizola era a Guarda Vermelha da Revolução Socialista de 1917, que teve um papel preponderante no processo desencadeado naquele momento contra o czarismo russo. A revolução cubana, empreitada vitoriosa realizada por Fidel Castro e guerrilheiros contra o ditador Fulgêncio Batista, também serviu de estímulo para os partidários do Grupo dos Onze.

No terceiro texto do documento divulgado pela CBN, encontramos recomendações aos militantes para que conseguissem armamentos e se preparassem para o "Momento Supremo":



Figura 3: documento do Exército sobre o Grupo dos Onze.



Fonte: TAVARES, 2009.

No documento, o grupo chama a atenção ainda para a ajuda que seria prestada pelos aliados militares infiltrados no exército, que forneceriam armas de grosso calibre para a ação, principalmente nos grandes centros do país. Além dos militares, os camponeses também iriam se mobilizar para atacar fazendas, armazéns, celeiros e depósitos de cereais, numa ação coordenada pelos Grupos dos Onze locais.

A título de exemplo, no início dos anos 1960 as atividades de mobilização dos trabalhadores em função da chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) se intensificaram e despertaram a preocupação dos grandes latifundiários da cidade. Foi precisamente nesse momento que surgiram as "domingueiras", nome pelo qual ficaram conhecidas as reuniões promovidas por Enio Cabral e seus companheiros à margem esquerda

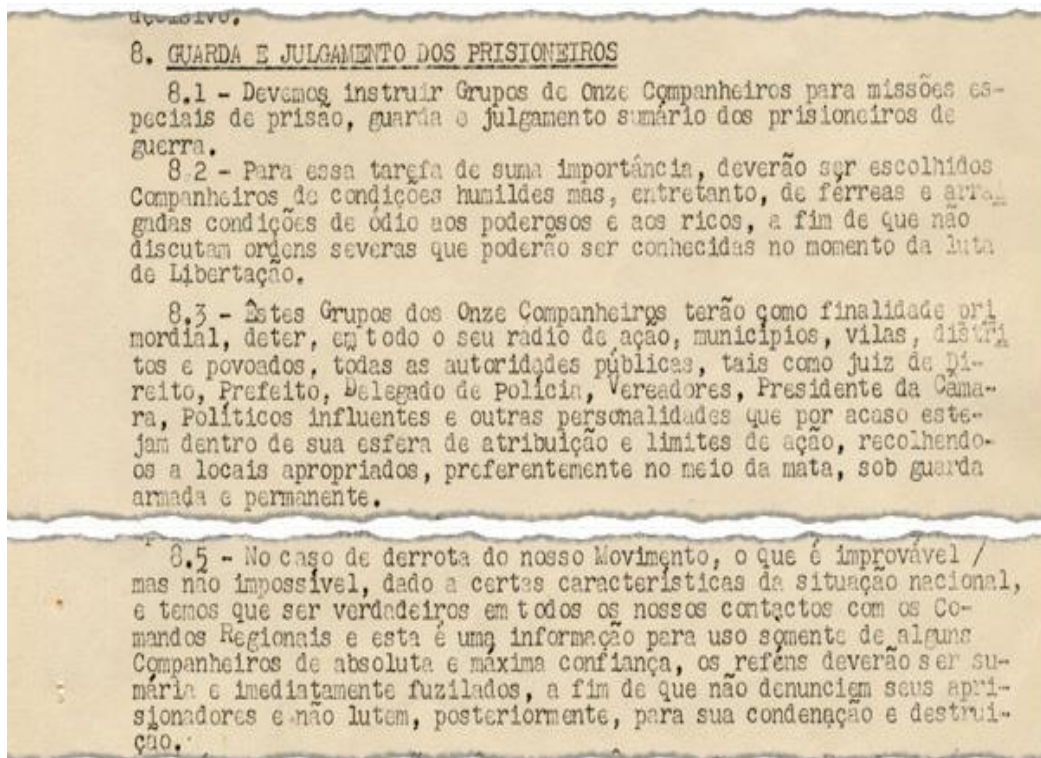
do rio Aquidauana. Nelas eram discutidos temas como a organização dos trabalhadores e a reforma agrária. As domingueiras criaram uma verdadeira paranoia na cidade – os ruralistas, amedrontados, começaram a enviar “espiões” para observar e relatar os temas debatidos ali. Alguns boatos que circulavam passaram a aterrorizar ainda mais os ruralistas, como o de que os militantes iriam tomar as propriedades privadas e fuzilar aqueles que resistissem à revolução. Por esse motivo, os fazendeiros passaram a se armar contra tal possibilidade. Esse espectro de uma suposta revolução levou fazendeiros e militares a associar Enio Cabral e seus interlocutores ao temido Grupo dos Onze.

Retomando o aspecto da superlativação e dos usos estratégicos para espalhar o pânico e dar uma dimensão de poder maior do que o grupo supostamente possuía, destaca-se a ideia de que, no espaço urbano, a tática seria a de que os líderes do G11 comandassem um grande número de homens, que deveriam incitar a opinião pública com gritos e palavras de ordem para levantar a bandeira das reivindicações populares. O documento ainda acrescenta que era preciso, “para vitória desta tática, atrair o maior número de mulheres e crianças para frente da massa popular, acobertar a ação dos G.11, da reação policial-militar” (TAVARES, 2009).

Essa passagem é particularmente interessante, pois demonstra que o machismo não era apenas um pensamento da direita, pois, em outro trecho, havia a recomendação para que as mulheres se organizassem em grupos separados dos homens e aguardassem instruções sobre quais seriam suas funções no processo revolucionário. Certamente não imaginavam que seriam utilizadas como escudos humanos, juntamente com os seus filhos, encarnando o princípio revolucionário da *Marselhesa*: “Vêm eles até nós; Degolar nossos filhos, nossas mulheres; Às armas cidadãos!”

De acordo com esse documento, o terror e o uso da violência eram males necessários para que se atingisse o processo revolucionário que levaria à construção de uma sociedade socialista e igualitária. Portanto, mesmo medidas consideradas drásticas deveriam ser tomadas, como se verifica no documento a seguir (figura 4):

Figura 4: documento do Exército sobre o Grupo dos Onze.

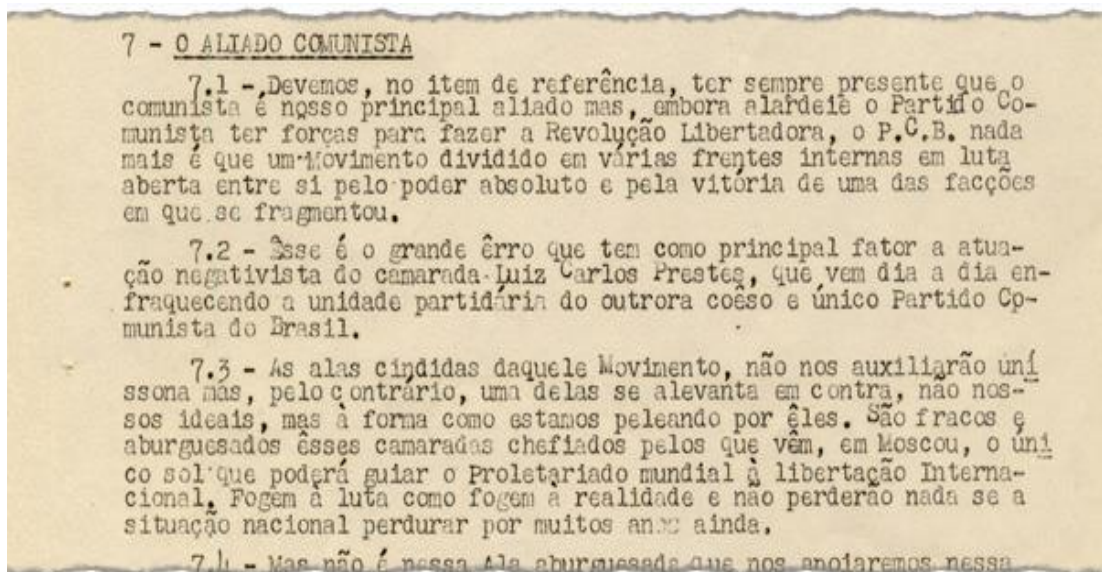


Fonte: TAVARES, 2009.

De acordo com as instruções constadas no documento, os integrantes dos G11 deveriam desempenhar a prisão, a guarda e o julgamento sumário dos prisioneiros de guerra. Por esse motivo, era necessário selecionar companheiros que, em função de seu ódio pelos poderosos, fossem capazes de executar até mesmo as ordens mais duras que se fizessem necessárias no momento da luta.

O alvo desses militantes seriam as autoridades públicas, tais como prefeitos, juízes e delegados de polícia, entre outros que pudessem se insurgir contra a ação revolucionária. Eles deveriam ser presos e ficar sob guarda, preferencialmente no meio da mata e, no caso de derrota— o que os líderes consideravam pouco provável —, deveriam ser imediatamente fuzilados. Vale lembrar que essa informação só deveria ser repassada aos líderes locais do movimento. Tal proposta deixa claro, como já dito antes, o caráter divergente da proposta do Grupo dos Onze em relação à do PCB, que, devido a disputas internas, não era unânime sobre a tese da revolução pela força. Encontramos inclusive uma crítica direta à posição pecebista no referido documento, como se vê a seguir:

Figura 5: documento do Exército sobre o Grupo dos Onze.



Fonte: TAVARES, 2009.

O grande entrave para que o PCB liderasse o processo revolucionário no Brasil eram as disputas entre as facções internas, que fragmentavam o partido e retiravam seu foco principal. A atuação negativa de Luiz Carlos Prestes no interior do partido também aparece como um fator dificultador da ação da esquerda no país. Tais representantes são acusados de serem acomodados diante da situação nacional: “Fogem à luta como fogem à realidade e não perderão nada se a situação nacional perdurar por muitos anos ainda”.

O foco da divergência do Grupo dos Onze com a linha adotada nos anos 1960 pelo PCB está relacionado à declaração sobre a política do partido, publicada em março de 1958. Ela redefinia a análise em relação à conjuntura brasileira e aos caminhos da revolução. Segundo Jorge Ferreira (2004), entre os anos de 1954 e 1958 o PCB sofre o impacto de três experiências importantes, a saber: o impacto do suicídio de Vargas, o desenvolvimentismo do governo Kubitschek e os debates provenientes do XX Congresso do PCUS, que levaram a uma nova política expressa na referida declaração. Ferreira afirma que esse documento admitia que o capitalismo estava se desenvolvendo de forma satisfatória no país e, dessa maneira, poderia favorecer a democracia. No entanto, apontava para o fato de que nem todas as contradições estavam superadas; era preciso vencer o imperialismo que afetava economia nacional, o avanço das forças produtivas e as relações de produção semifeudais no campo. De acordo com o comitê do PCB, na Declaração Sobre a Política do PCB (*Voz Operária*, de 22 de março

de 1958), o grande inimigo a ser vencido era o imperialismo, e isso só poderia ocorrer com uma aliança entre diversos setores da sociedade brasileira:

Ao inimigo principal da nação brasileira se opõem, porém, forças muito amplas. Estas forças incluem o proletariado, lutador mais consequente pelos interesses gerais da nação; os camponeses, interessados em liquidar uma estrutura retrógrada que se apoia na exploração imperialista; a pequena burguesia urbana, que não pode expandir as suas atividades em virtude dos fatores de atraso do país; a burguesia, interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional; os setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano, derivadas da disputa em torno dos preços dos produtos de exportação, da concorrência no mercado internacional ou da ação extorsiva de firmas norte-americanas e de seus agentes no mercado interno; os grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais dos monopólios dos Estados Unidos e que são prejudicados por estes (CARONE, 1982, p. 185).

Como se pode notar no excerto supracitado, os dirigentes do comitê central do PCB, mesmo no contexto dos anos 1960, acreditavam que, em face do inimigo imperialista, seria possível aglutinar em torno de si grupos heterogêneos que lutariam por motivos diferentes, mas em prol de uma nação independente, que pudesse trilhar um caminho próprio, sem a exploração do capitalismo internacional.

Na declaração de 1958, o comitê detalha as etapas da construção de uma revolução burguesa democrática no Brasil. Para eles, a solução dos problemas vitais do povo brasileiro seria a conquista de um governo nacionalista e democrático, que poderia ser efetuada através dos seguintes meios mais prováveis:

1. Pela pressão pacífica das massas populares e de todas as correntes nacionalistas, dentro e fora do Parlamento, no sentido de fortalecer e ampliar o setor nacionalista do atual governo, com o afastamento do poder de todos os entreguistas e sua substituição por elementos nacionalistas.
2. Através da vitória da frente única nacionalista e democrática nos pleitos eleitorais.
3. Pela resistência das massas populares, unidas aos setores nacionalistas do Parlamento, das forças armadas e do governo, para impor ou restabelecer a legalidade democrática, no caso de tentativas de golpe por parte dos entreguistas e reacionários, que se proponham implantar no país uma ditadura a serviço dos monopólios norte-americanos (CARONE, 1982, p. 185).

As alternativas iniciais apresentadas pelo PCB no campo da resistência democrática passam então por uma pressão nacionalista sobre o governo, inclusive com o intento de se afastarem os entreguistas que estavam no poder, que seriam substituídos por nacionalistas na burocracia estatal. Para realizar tal empreitada, a via eleitoral também era considerada importante, certamente em função da memória da bancada comunista vitoriosa na

Assembleia Constituinte de 1946. Finalmente, chama a atenção a aliança entre as massas populares e setores nacionalistas do parlamento, das forças armadas e do governo para conter possíveis golpes com vistas a implantar a ditadura.

É importante esclarecer que, em que pese o fato de os dirigentes pecebistas defenderem uma via democrática para modificar a conjuntura brasileira, eles não descartavam uma solução pelo uso da força, ao contrário do que afirmava o Grupo dos Onze, seja em 1958 ou mesmo no contexto da ditadura imposta à nação brasileira em 1964.

A escolha das formas e meios para transformar a sociedade brasileira não depende somente do proletariado e das demais forças patrióticas. No caso em que os inimigos do povo brasileiro venham a empregar a violência contra as forças progressistas da nação é indispensável ter em vista outra possibilidade – a de uma solução não pacífica. Os sofrimentos que recaírem sobre as massas, em tal caso, serão da inteira responsabilidade dos inimigos do povo brasileiro (CARONE, 1982, p. 185).

Ao que parece, a via não pacífica só deveria ser utilizada em último caso e como legítima defesa frente às forças conservadoras, que certamente seriam responsabilizadas pelo confronto armado, já que os dirigentes do PCB, com a ascensão de Juscelino ao poder, enxergavam a possibilidade do fortalecimento da economia e, conseqüentemente, da democracia, que deveria ser defendida a todo custo por uma frente ampla de setores da sociedade e partidos políticos.

É preciso confessar que a tentação de um olhar anacrônico, que certamente não cabe aqui, causaria um estranhamento em observar a defesa de aliança entre certas alas do PDS, UDN, PTB, PSP e PSB em torno do nacionalismo no Brasil. Mas é claro que temos consciência de que os tempos eram outros e de que as contradições internas acerca dos rumos a serem seguidos eram uma constante em todos os partidos.

Talvez tenha sido essa conjuntura política de alianças amplas entre diversos setores em alguns momentos antagônicos, diferentes, que tenha animado uma resistência ao regime militar mesmo nas regiões mais isoladas do país, como foi o caso de Aquidauana e seu núcleo comunista, que também seguia as orientações aliancistas do PCB, capitaneado por Enio Cabral – o que certamente o afasta do G11 e da radicalização pela via da violência armada.

#### *Enio Cabral e sua utopia revolucionária*

Em Aquidauana, o contexto não era muito diferente. Como mencionamos anteriormente, Enio Cabral, professor de História do Brasil do Colégio Candido Mariano, foi

acusado de efervescer o G11 na cidade, bem como enfrentou diversos problemas de censura, sendo acusado por colegas, alunos e pais de desviar os assuntos de sua disciplina para a promoção do comunismo. Certamente por esse motivo um dos primeiros inquéritos montados na cidade foi contra ele, que foi preso no dia 24 de abril de 1964, poucos dias após o golpe. Enio foi considerado pelos representantes do Estado na cidade como inimigo número um da segurança nacional, não só por conta de sua atuação como docente, mas principalmente por ações à frente do PCB. Cabe ressaltar que sua atividade profissional preocupava bastante os poderosos e os militares, já que poderia utilizar sua autonomia didática para fazer críticas ao autoritarismo do regime e à concentração de terras e riquezas predominante na região. O próprio IPM traz denúncias contra funcionários públicos que eram comunistas, demonstrando a vigilância, característica do período, contra todos aqueles que poderiam se colocar contra o regime e, ainda, desvelando uma rede de informantes no interior das instituições brasileiras. Um exemplo disso é o depoimento do comerciante João Pace, que, quando perguntado se conhecia algum elemento suspeito de atividades comunistas que fosse funcionário público federal, estadual ou municipal, citou Enio Cabral<sup>2</sup>. Assim, foi provavelmente por esse motivo que ele se tornou o principal alvo da repressão militar logo no início do regime.

Diferentemente do G11, Enio Cabral não via nos idos de 1964 a chance de uma revolução radical que implementasse o socialismo no país, embora acreditasse na possibilidade de mudanças sociais que pudessem transformar a sociedade brasileira e criar condições mais justas e igualitárias para os trabalhadores. Ele não possuía ligação efetiva com o grupo, o que lhe foi imputado a partir da “paranoia” militar acerca dessa organização em Aquidauana. Eudes Leite (2009) chama a atenção para a localização fronteiriça Brasil-Paraguai e intui que seria esse o motivo de ter despertado a atenção dos militares, em face da preocupação com a segurança nacional, a repressão ao comunismo e, por conseguinte, a desconfiança da abertura de uma sucursal do G11. O autor compõe também o cenário que permitiu entender a singularidade da instauração da ditadura civil-militar na pequena Aquidauana, que, segundo ele, possuía uma tradição autoritária:

Por meio da história de Aquidauana, o leitor poderá perceber que a utopia e a Repressão estiveram alicerçadas em um passado definido. Esse passado foi o do autoritarismo, o da violência e o do poder privado fazendo às vezes da presença estatal. Os coronéis, corpos vivos da oligarquia, foram os

---

<sup>2</sup> Cf.: IPM, 1964, p 28.

verdadeiros senhores da região pantaneira durante longos anos. Aquidauana não foi exceção (LEITE, 2009, p. 14).

Num trabalho minucioso e com uma documentação instigante, o historiador parte da discussão de um conceito que nos parece extremamente importante nos dias de hoje, em que enfrentamos a capitulação frente à possibilidade de uma sociedade mais justa – a utopia. Consideramos tal conceito na perspectiva apontada pelo filósofo Hebert Marcuse:

Iniciando por uma verdade óbvia, direi que hoje qualquer forma nova de vida sobre a terra, qualquer transformação no ambiente técnico e natural, é uma possibilidade real, que tem seu lugar próprio no mundo histórico. Podemos fazer do mundo um inferno [...]. Mas podemos fazer também o oposto. Este fim da utopia, ou seja, a recusa das ideias e das teorias que ainda se servem de utopias para indicar determinadas possibilidades histórico-sociais, podemos hoje concebê-lo, em termos bastante precisos; também como o fim da história; isto é, no sentido de que as novas possibilidades de uma sociedade humana e de seu ambiente não podem mais ser imaginadas como prolongamento das velhas, nem tão pouco serem pensadas no mesmo *continuum* histórico (MARCUSE, 1969, p. 14-15).<sup>3</sup>

A perspectiva de interpretação mais corrente a respeito do conceito de utopia quer postulá-la como algo incongruente com a solução dos problemas da realidade, uma vez que designa o regime social, econômico e político que, por ser perfeito e ideal, não pode ser encontrado em nenhum lugar. Para Marcuse, ao contrário, a utopia é precisamente aquilo que ainda não se realizou, e não algo irrealizável.

Para sustentar sua premissa, Marcuse questiona o sentido da palavra *irrealizável*, demonstrando que geralmente ela indica algo não passível de realização, aquilo que atenta contra a realidade presente e a ordem vigente. No entanto, a utopia deve ser projetada como uma perspectiva futura. Assim, certas realidades que são ilusórias no presente podem se tornar concretas em momentos futuros. As revoluções eram para ele um exemplo concreto disso. A utopia serviria então para ampliar as possibilidades de futuro, reforçando a ideia de ruptura com as velhas ideias e de combate à noção de permanência, tão comum ao campo da história.

---

<sup>3</sup> Pouco mais de duas décadas depois da publicação do texto por Marcuse, o filósofo Francis Fukuyama, no contexto da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1991) e da imensa repercussão político-imagética da queda do Muro de Berlim (1989), lançava com impacto a obra *O fim da história* (1992), na qual, ao afirmar que as grandes utopias, como o comunismo, estariam mortas, nos restaria o neoliberalismo triunfante e um mercado mundial em harmonia, dissolvendo a luta de classes que, para os marxistas, seria o motor da história. Daí, seu fim. Portanto, enquanto a perspectiva neoliberal de Fukuyama aponta para o fim da história, distopicamente, as proposições de Marcuse dirigem a história ao futuro, por meio da utopia.



Pisani, acerca da utopia em Hebert Marcuse, aponta que o filósofo explora a possibilidade de uma transformação não repressiva das pulsões, perspectivando assim uma sociedade que se deseja emancipada. Essa postura de Marcuse está em diálogo crítico com a teoria freudiana. Assim, Pisani indica que se trata de pensar a partir de uma Transformação Subjetiva, mobilizada a partir do bloqueio das necessidades produzidas e pavimentadas pelo capitalismo e produzir desvios que nos levasse para o comunismo, desafiando os dogmas teóricos sobre a emancipação. O pensamento utópico de Marcuse propõe uma sociedade não repressiva onde as pulsões de vida (Eros) e morte (Tânatos) estejam a favor da superação do capitalismo, e não para servi-lo de forma harmoniosa. Então, a dimensão utópica se materializa na capacidade de projetar a favor do bloqueio dos princípios de desempenho, da instrumentalização e a razão que opera as lógicas de dominação. Para o filósofo alemão, a utopia seria uma espécie de mola e memória da condição humana de imaginar e agir com meta voltada para a emancipação. Ou seja, a utopia possui a marca “não-repressiva”, tratada em *Eros e Civilização*. Segundo ele:

Para preservar no presente o que ainda não está presente como meta, a fantasia é necessária. Que a fantasia se relacione de modo essencial com a filosofia, resulta da função que foi designada sob o título de ‘imaginação’ pelos filósofos, particularmente por Aristóteles e Kant. Devido a sua capacidade única de ‘intuir’ um objeto mesmo ausente, de criar algo a partir do fundamento do material dado do conhecimento, a imaginação indica um elevado grau de independência, a liberdade em meio de um mundo de não-liberdade (MARCUSE, 2006, p. 155).

Assim, a utopia marcuseana é um fazer imaginário, uma criação da mente que nos permite acessar o ideal, pelo qual produzimos confrontos entre o real (o que se vive) e o possível (o que poderia ser). A utopia opera pelo cruzamento de horizontes, por isso não se limita apenas ao conhecido.

Pisani afirma que o pensamento utópico em Marcuse procura estabelecer um choque, que tem a dupla função de acusação das condições dadas de exploração e de criação de uma imagem de liberdade possível para além das condições dadas. Segundo ela, a utopia desperta o pensamento crítico pela via dos critérios de uma liberdade e felicidade não realizadas, mas possíveis. Afirma ela:

A utopia tem uma função crítica reguladora como práxis criativa, como expressão da inadequação histórica do sujeito em relação à realidade experimentada que se revela no mundo, mas aponta para além do dado, para

outro nível de realidade; é um fazer imaginário que permite acessar o ideal frente ao confronto entre o real e possível (PISANI, 2010, p. 3).

Michael Lowy, em *Marxismo e utopia*, também discute o conceito, apontando para o fato de que sem a dimensão utópica seria impossível pensar numa sociedade socialista. Afirmava ele:

Finalmente, o desenvolvimento criativo do marxismo e a superação de sua “crise” atual exige o reestabelecimento de sua dimensão utópica. Uma crítica irreconciliável e radical das formas atuais do capitalismo tardio e das sociedades burocráticas pós-capitalistas é necessária mas insuficiente. A credibilidade de um projeto de transformação revolucionária do mundo requer a existência de modelos de uma sociedade alternativa, visões de um futuro radicalmente diferente e a perspectiva de uma humanidade verdadeiramente livre (LOWY, 2000, p. 126-127).

Lowy chama a atenção para o fato de que se o socialismo ainda existe em nossa realidade/sociedade atual, deveria ser reinventado como um projeto futuro. Apoiando-se nas proposições de Marx, elenca quais princípios utópicos deveriam ser explorados para a busca de uma nova sociedade, a saber: 1- novo sistema produtivo e tecnológico que permitisse um desenvolvimento sem o aparelhamento do Estado, com a renovação de recursos energéticos não poluentes; 2- emancipação do trabalho, supressão da divisão sexual e separação entre as atividades manuais e intelectuais; 3- livre distribuição de bens e serviços; 4- igualdade de gênero; e 5- organização democrática e descentralizada da vida econômica, social e política, na qual haja um autocontrole por parte dos trabalhadores em substituição à burocracia estatal (LOWY, 2000, p. 128).

Tomando como referência as ideias de Marcuse e Lowy, buscamos então entender o personagem central de nossa análise: um professor comunista que acreditava “utopicamente” na possibilidade de uma revolução no país nos idos dos 1960. Ao que parece, Enio Cabral, militante que se utilizava não só de suas aulas, mas também de lugares públicos, especialmente conversas de bar, praças e rodas de amigos, para se contrapor ao regime militar, também partilhava da visão utópica desses autores; por esse motivo foi o principal mentor de atividades políticas que aterrorizavam as elites em Aquidauana, que se voltaram contra ele, inclusive acusando-o de ser integrante do Grupo dos Onze.

#### Considerações finais

Assim, conclui-se que, embora houvesse uma movimentação comunista por parte de Enio Cabral em Aquidauana, não se tratava dos intentos radicais do G11, mas sim da

perspectiva utópica de conciliação de classes do Partido Comunista Brasileira ao qual ele era, assumidamente, filiado. Desse modo, compreendemos que, para as autoridades, militares e elites da cidade, naquele momento era importante vinculá-lo ao G11, pois tal agrupamento apresentava uma perspectiva revolucionária mais radical – inclusive aludindo à violência – do que ao PCB, que elegia o combate ao imperialismo como plataforma e defendia uma política de alianças ampla como parte das etapas de uma transformação social que ocorreria principalmente pela via democrática eleitoral. A partir da heurística do documento percebe-se que Enio Cabral é uma vítima do espectro de uma possível “revolução” imersa no imaginário paranoico militar, em vias de ocorrer entre 1963 e 1964, embora já bastante contestada pela historiografia sobre o período ditatorial.

A história da repressão a Enio Cabral e a vários sujeitos perseguidos pela ditadura foi documentada e assentada em evidências documentais como os IPMs; cabe, então, como discutiu-se nesse texto, lembrar que nenhum documento chega a nós de maneira inocente e que evidências podem ser fabricadas. Ao historiador cabe desconfiar delas e fazer emergir os jogos de poder e as relações de dominação presentes na construção do passado e da memória histórica para desvelar estratégias manipuladoras ou negacionistas que permitem, a partir das fabricações históricas, perseguir, torturar e eliminar os opositores, tanto no passado como no presente.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARONE, Edgard. *O PCB 1943 a 1964*. São Paulo: DIFEL, 1982.
- FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 181-212, 2004.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- LÖWY, Michael. Marxismo e utopia. In: LEITE, José Correa; LÖWY, Michael & BENSALID, Daniel (Orgs.). *Marxismo, modernidade e utopia*. São Paulo: Xamã, 2000.
- MARCUSE, Herbert. *O fim da utopia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- MARCUSE, Herbert. *Cultura e Sociedade volume I*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- MATO GROSSO DO SUL. Poder Judiciário da Comarca de Aquidauana. *Processo Criminal de Enio de Castro Cabral* n. 9569-DCT. Autor: Justiça Pública. Réu: Ênio de Castro Cabral. Juiz Heliophar de Almeida Serra. Aquidauana, 11 jul. 1964.

PISANI, Marilia Mello. Sobre o conceito de revolução em Walter Benjamin e Herbert Marcuse. *Anais do III Seminário de Políticas de la Memória*. Buenos Aires, 2010. Disponível em: [http://conti.derhuman.jus.gov.ar/2010/10/mesa-42/pisani\\_mesa\\_42.pdf](http://conti.derhuman.jus.gov.ar/2010/10/mesa-42/pisani_mesa_42.pdf). Acesso em: 22 fev. 2015.

PRADO JR, Caio. *A revolução brasileira e a questão agrária no Brasil*. Editora Companhia das Letras, 2014.

REZENDE, Claudinei Cássio de. *Suicídio revolucionário: a luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas*. SciELO-Editora UNESP, 2010.

TAVAREZ, Mariza. *Memória 1964 - o dossiê do braço armado de Brizola*. Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/hotsites/grupodos-onze/GRUPO-DOS-ONZE.htm>. Acesso em: 15 jul. 2015.